

DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À ÁGUA E O MÍNIMO EXISTENCIAL AMBIENTAL

FUNDAMENTAL RIGHT OF ACCESS TO WATER AND THE ENVIRONMENTAL EXISTENTIAL MINIMUM

João Hélio Ferreira Pes<sup>1</sup>

RESUMO: Este artigo analisa o reconhecimento da fundamentalidade do direito de acesso à água, por meio da cláusula de abertura constitucional, a partir do conteúdo de outros direitos fundamentais e do mínimo existencial ambiental. O objetivo principal consiste em analisar se o conteúdo do mínimo existencial ambiental comporta a garantia do direito fundamental implícito de acesso à água potável. Para enfrentar o problema proposto foi utilizado o método dedutivo, a partir de elementos da Teoria dos Direitos Fundamentais e, ainda, consulta bibliográfica e análise de textos normativos. A conclusão é de que o direito de acesso à água potável decorre, também, do conteúdo do mínimo existencial ambiental e pode ser compreendido como um direito subjetivo passível de ser exigível por se tratar de um direito fundamental vinculado ao respeito à dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE: Direito de acesso à água; Direitos Fundamentais; Cláusula de abertura constitucional; Direito ambiental; Mínimo Existencial ambiental.

ABSTRACT: This article analyzes the recognition of the fundamental right of access to water, through the constitutional opening clause, based on the content of other fundamental rights and the environmental existential minimum. The main objective is to analyze whether the content of the existential minimum holds the warranty to the implicit fundamental right of access to drinking water.

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), Lisboa – Portugal; Pós-Doutorando com estágio no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil; Mestre em Direito da Integração pelo Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria – RS (MILA/UFSM), Santa Maria – RS, Brasil; Professor do curso de Direito da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria – RS, Brasil. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4736443H3> E-mail: joaoheliopes@gmail.com

In order to face the proposed problem, the deductive method was used, based on the elements of the Fundamental Rights Theory and bibliographical consultation and analysis of normative texts. The conclusion is that the right of access to drinking water also stems from the content of the environmental existential minimum and can be understood as a subjective right that can be demanded because it is a fundamental right linked to respect for the dignity of the human person.

KEY WORDS: Right of access to water; Fundamental rights; Constitutional opening clause; Environmental law; Environmental Existential Minimum.

## INTRODUÇÃO

O direito de acesso à água potável, para ser identificado como um direito fundamental derivado do conteúdo de outros direitos fundamentais necessita de uma justificação plausível. Esse processo de justificação se dá, juridicamente, por meio do reconhecimento de um direito fundamental implícito em sentido estrito.

Os Direitos fundamentais implícitos em sentido estrito são aqueles definidos como direitos outorgados por normas que podem ser deduzidas daquelas normas diretamente estatuídas no rol dos direitos fundamentais ou em outras partes do texto constitucional.

Como o direito de acesso à água potável não se encontra expressamente enumerado no catálogo constitucional, sua identificação somente pode ser feita mediante uma fundamentação correta de sua existência. Uma norma implícita de direito fundamental é plenamente justificada quando se demonstra que ela é uma exigência do próprio sistema de direitos fundamentais e identificável a partir do conteúdo de outros direitos e garantias fundamentais ou de princípios constitucionais.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar se o conteúdo do mínimo existencial ambiental comporta a garantia do direito fundamental implícito de acesso à água potável. Assim, o problema de pesquisa pode ser sintetizado da seguinte forma: é possível reconhecer como fundamental o direito de acesso à água, por meio da cláusula de abertura constitucional, a partir do conteúdo de outros direitos fundamentais e do conteúdo do mínimo existencial ambiental?

Para desenvolver o tema e apresentar uma resposta, minimamente adequada, foi utilizado o método dedutivo a partir de elementos da Teoria dos Direitos Fundamentais e de consulta

bibliográfica à produção doutrinária reconhecida academicamente, além da análise de textos normativos.

O artigo está dividido em três partes, sendo que a primeira analisa a cláusula de abertura constitucional e a possibilidade de identificar a existência do direito fundamental implícito de acesso à água. A segunda parte verifica o processo de reconhecimento do direito de acesso à água como fundamental em decorrência do conteúdo de outros direitos fundamentais. Na terceira e última parte, analisa a fundamentalidade do direito de acesso à água potável como conteúdo do mínimo existencial ambiental.

A conclusão é de que o direito de acesso à água potável decorre, também, do conteúdo do mínimo existencial ambiental e pode ser compreendido como um direito subjetivo passível de ser exigível por se tratar de um direito fundamental vinculado ao respeito à dignidade da pessoa humana.

## **1 CLAUSULA DE ABERTURA E A IDENTIFICAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL IMPLÍCITO DE ACESSO À ÁGUA**

O direito de acesso à água potável não se encontra expressamente disposto no texto Constitucional da República Federativa do Brasil, portanto, faz-se necessário analisar os fundamentos utilizados para reconhecer o acesso à água como um direito fundamental.

Assim, para caracterizar o acesso à água como um direito fundamental é preciso verificar, por meio de um processo metodológico dedutivo simples, se esse direito, com todas as suas peculiaridades, corresponde ao que foi definido como direito fundamental. Além disso, por meio de um processo metodológico mais complexo, é necessário justificar a fundamentalidade do direito de acesso à água potável.

No Estado brasileiro, o direito de acesso à água potável, por não ser norma expressa no texto constitucional (fundamentalidade formal), é tratada como norma que deve ser reconhecida pelo ordenamento jurídico como equivalente ou equiparada às constitucionais (fundamentalidade material).

Nesse sentido, é imprescindível verificar à luz do ordenamento jurídico brasileiro 'a fundamentalidade dos direitos a partir da cláusula de abertura constitucional'. A 'cláusula aberta' dos direitos fundamentais, também denominada de 'cláusula de abertura constitucional', nos

termos da atual Constituição Brasileira, admite considerar como direitos fundamentais determinadas situações jurídicas não previstas na Constituição (chamados de direitos fundamentais não expressos, não escritos ou não enumerados). Assim, com a adoção da “cláusula aberta ou de não tipicidade dos direitos fundamentais” (MIRANDA, 2000, p. 162), passam a ser também considerados direitos fundamentais aqueles que decorrem do regime democrático, dos outros princípios adotados pela Constituição Brasileira e dos tratados de direitos humanos.

Nesse viés, a Constituição Brasileira aceita outros direitos além daqueles nela expressamente previstos. “Esses direitos não são aqueles que as normas formalmente constitucionais enunciam e, sim, aqueles que são ou podem ser também direitos provenientes de outras fontes, na perspectiva mais ampla da Constituição material” (CUNHA JÚNIOR, 2013, p. 617).

O §2º do artigo 5º da Constituição Federal, assim expresso: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;” (BRASIL. Constituição Brasileira de 1988), deixa claro que a enumeração dos direitos fundamentais é aberta e, por ser meramente exemplificativa, pode ser complementada a qualquer momento por outros direitos, por meio de outras fontes.

A origem dessa cláusula, incluída desde a primeira Constituição Republicana brasileira de 1891, tem como referencial histórico a Constituição dos Estados Unidos da América que, ao receber o aditamento IX (9ª Emenda Constitucional) em 1791, fixou a seguinte regra: “enumeração de certos direitos na Constituição não deve ser interpretada como denegação ou diminuição de outros direitos reservados ao povo” (PES, 2010, 50).

Portanto, as normas de direitos fundamentais não se restringem aos dispositivos constitucionais previstos no capítulo próprio. No direito brasileiro, elas se apresentam de diferentes formas, seja como enunciados de emendas constitucionais ou de tratados de direitos humanos, ou ainda, de forma não escrita, como normas implícitas, decorrentes de outros dispositivos constitucionais, do regime democrático adotado e dos princípios constitucionais.

Assim, sem destoar drasticamente das classificações de José Afonso da Silva (2004, p. 193), Ingo Sarlet (2010, p. 161) e de Flávia Piovesan (2008, p. 58), classificam-se as normas de direitos fundamentais, previstas ou reconhecidas pela Constituição brasileira, em quatro grupos: 1) Expressas ou escritas na Constituição: (a) no catálogo dos direitos fundamentais; (b) fora do catálogo e dispersas no texto constitucional; 2) Expressas ou escritas fora da Constituição: (a) nas Emendas Constitucionais; (b) nos tratados de Direitos Humanos internalizados pelo Art. 5º, § 3º; 3) implícitas:

(a) implícitas no sentido estrito ou, implícitas propriamente ditas, que resultam de uma dedução das normas fundamentais expressas na Constituição; (b) implícitas decorrentes do regime democrático e dos princípios constitucionais; 4) expressas ou implícitas nos tratados de direitos humanos internalizados de acordo com Art. 5º, § 2º.

Tal classificação é adotada no sentido de facilitar a identificação de quais normas são 'formal e materialmente fundamentais' (grupos 1 e 2) e quais são 'só materialmente fundamentais' (grupos 3 e 4). Além disso, são facilmente identificadas como normas que têm a fundamentalidade reconhecida a partir da cláusula de abertura constitucional aquelas classificadas nos grupos 3 e 4.

Assim, são normas formalmente fundamentais, ou direitos fundamentais constitucionalizados formalmente, aquelas positivadas ou incorporadas na ordem jurídica positiva, seja no catálogo desses direitos (parte da Constituição em que se enumeram os direitos fundamentais), seja fora do catálogo (direitos dispersos no próprio texto) ou fora do texto, como as Emendas Constitucionais brasileiras (a exemplo do direito de aposentadoria integral, previsto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47 de 05 de julho de 2005) e, ainda, os direitos humanos provenientes de tratados internacionais internalizados pelo procedimento do Art. 5º, § 3º da Constituição. Outrossim, são normas materialmente fundamentais, ou direitos reconhecidos pela Constituição como fundamentais, aquelas que resultam de uma dedução das normas fundamentais expressas na Constituição, aqueles que decorrem do regime democrático e dos princípios constitucionais e aquelas que constam nos tratados de direitos humanos internalizados de acordo com Art. 5º, § 2º.

O reconhecimento de um determinado direito como fundamental a partir da cláusula de abertura constitucional pode ser denominado de processo de constitucionalização material de direitos fundamentais. Esse processo consiste em considerar direitos (de acordo com o significado e conteúdo) como autênticos direitos fundamentais, sem, necessariamente, estarem expressos no texto da Carta Magna; implica terem esses direitos um tratamento jurídico de acordo com o prescrito, em geral, para todos os direitos fundamentais.

Assim, tanto os direitos fundamentais expressos ou escritos (na própria Constituição, nas Emendas ou nos tratados de direitos humanos internalizados pelo procedimento específico) como aqueles não expressos ou implícitos, direitos com valor de norma constitucional, têm um regime jurídico especial, com os seguintes efeitos (decorrentes desse processo de constitucionalização): 1) são protegidos pela constituição como normas supremas, portanto, prevalecem sobre as normas infraconstitucionais; 2) não podem ser abolidos (materialmente) por emenda constitucional, seus

conteúdos não podem ser objeto de emendas tendentes à redução ou eliminação de direitos (direitos exercidos pelo indivíduo); 3) vinculam imediatamente os poderes públicos (legislativo, judiciário e executivo) e, na maior medida possível, os particulares e 4) desfrutam, também, na maior medida possível, de aplicabilidade imediata.

Portanto, os direitos materialmente constitucionais gozam de idêntica hierarquia e prestígio que os formalmente constitucionais, assim, quando em conflito com outros direitos fundamentais, resolve-se o caso pela mesma forma tradicional de solução de conflitos. Ressalta-se, porém, que, tratando-se de Direitos Humanos, aplica-se o princípio da norma mais favorável à pessoa.

O processo de constitucionalização material, tendo por base a cláusula aberta prevista na Constituição brasileira no art. 5º, § 2º, admite a fundamentalização daqueles direitos não previstos expressamente por ela, mas que, por força de sua essencialidade, ou seja, de conteúdo e importância, são direitos fundamentais equivalentes aos direitos formalmente constitucionalizados. Inegavelmente, o reconhecimento de novos direitos como fundamentais a partir da cláusula de abertura constitucional, na classificação de direitos fundamentais implícitos propriamente ditos, somente ocorre após uma correta justificação da fundamentalidade de cada um desses novos direitos.

O direito de acesso à água potável, para ser identificado como um direito fundamental derivado do conteúdo de outros direitos fundamentais necessita de uma justificação plausível. Esse processo de justificação se dá, juridicamente, por meio do reconhecimento de um direito fundamental implícito em sentido estrito.

Os Direitos fundamentais implícitos em sentido estrito são aqueles definidos como direitos outorgados por normas que podem ser deduzidas daquelas normas diretamente estatuídas no rol dos direitos fundamentais ou em outras partes do texto constitucional.

A Constituição Brasileira estabelece no Título II (Artigo 5º ao 17) os direitos e garantias fundamentais, no qual estão contidas, dentre outras, as cláusulas gerais da liberdade e da igualdade, imprescindíveis, na concepção de Dworkin (1999), para a constituição de uma sociedade de livres e iguais. Estabelece, também, no Título I (Artigo 1º ao 4º) os princípios fundamentais do Estado brasileiro, neles constando, dentre outros, os princípios da cidadania; da dignidade da pessoa humana; do pluralismo político; da soberania popular; o ideal político de uma sociedade livre, justa e solidária; de erradicação da pobreza e da marginalização; de promoção do bem de todos, sem quaisquer preconceitos; de prevalência dos direitos humanos e de cooperação entre os povos para

o progresso da humanidade. Esse conjunto de princípios e regras é que possibilita uma interpretação construtiva que resulta na identificação de direitos fundamentais implícitos.

O reconhecimento de um direito como fundamental, quando não há norma constitucional expressa, requer o estabelecimento prévio dos critérios dessa fundamentalidade. Em outras palavras, é necessário estabelecer quais características materiais constituem o citado direito e a sua conformidade com o ordenamento jurídico estabelecido para que a definição do que representa a fundamentalidade não fique apenas ao arbítrio do intérprete.

O constituinte brasileiro, ao elaborar uma extensa e detalhada lista de direitos fundamentais, prevista no capítulo próprio ou esparsa no texto constitucional, objetivou concretizar as prerrogativas inerentes à liberdade e à igualdade. Todos esses direitos, outorgados por normas expressas, têm como finalidade última efetivar o respeito à dignidade humana. Nada impede que se reconheça a existência de direitos implícitos decorrentes de normas expressas, que tenham também como finalidade a observância da mesma dignidade, imprescindível para constituir uma sociedade solidária na qual prepondere a liberdade e a igualdade.

Para Ronald Dworkin (1999, p. 202) os direitos implícitos se encontram entre os direitos explícitos, identificáveis pela interpretação construtiva da prática jurídica, em que o Estado deve agir segundo um conjunto único e coerente de princípios. Essa interpretação é própria da “teoria do direito como integridade”, na qual o ideal político da integridade se agrega aos princípios de justiça, equidade e devido processo, para a consolidação de uma sociedade de livres e iguais.

Assim, o direito de acesso à água potável como um direito fundamental implícito, deduzido de uma norma diretamente estatuída no texto constitucional, pode ser encontrado no conteúdo de outros direitos fundamentais, como no direito ao ambiente, previsto no artigo 225, ou no direito à vida estatuído no artigo 5º, ou ainda, em outros direitos sociais como o direito à saúde, o direito a moradia e à alimentação, dentre outros, previstos no artigo 6º da Constituição brasileira.

## 2 O DIREITO DE ACESSO À ÁGUA QUE DECORRE DO CONTÉUDO DE OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Como o direito de acesso à água potável não se encontra expressamente enumerado no catálogo constitucional, sua identificação somente pode ser feita mediante uma fundamentação correta de sua existência. Uma norma implícita de direito fundamental é plenamente justificada

quando se demonstra que ela é uma exigência do próprio sistema de direitos fundamentais e identificável a partir do conteúdo de outros direitos fundamentais já expressos.

Nesse sentido, é possível identificar no conteúdo do direito fundamental ao ambiente, previsto no art. 225, da Constituição Brasileira, o direito de acesso à água potável. Se a análise for feita a partir da sua dimensão ou perspectiva subjetiva, inquestionavelmente, o direito subjetivo a um ambiente ecologicamente equilibrado, para ser exercido na sua plenitude, pressupõe determinadas garantias que possibilitem o acesso aos bens de uso comum do povo, incluindo-se a água potável. Por outro lado, o direito ao ambiente, ao se configurar como estruturas objetivas da comunidade, conforme ressalta Vasco Pereira da Silva (2002, p. 90-91), compreende também uma dimensão positiva, como conjunto de valores e princípios conformadores de toda a ordem jurídica que estabelece deveres de atuação e tarefas de concretização para os poderes públicos. Nesse sentido, é possível identificar a tarefa ou a obrigação do Estado em garantir o acesso à água potável como decorrência do dever de manter o ambiente saudável e ecologicamente equilibrado.

O direito ao meio ambiente, para Dirley da Cunha Junior, é um direito individual e ao mesmo tempo social:

Cuida-se, pois, de um direito simultaneamente considerado social e individual, uma vez que a realização individual deste direito fundamental está intrinsecamente ligada à sua realização social, por isso mesmo considerado transindividual (CUNHA JÚNIOR, 2013, p.738).

Por outro lado, o direito ao meio ambiente se diferencia do direito social tradicional, pelo simples fato de que a obrigação correspondente ao direito ao meio ambiente não ser apenas dever jurídico do Estado, mas também do próprio indivíduo que é seu titular.

A fundamentalidade do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, conforme opinião de Paulo Bonavides (2004, p. 523), expressa-se na garantia de sua qualidade como condição imprescindível ao desenvolvimento das potencialidades individuais, sendo necessário acrescentar que esse direito fundamental, além de imprescindível para o desenvolvimento das potencialidades individuais, é condição essencial para uma adequada convivência social. Essa fundamentalidade guarda relação direta com a quantidade mínima necessária e a qualidade da água como elementos essenciais para que o homem desenvolva todas as suas potencialidades e consiga viver num ambiente social e ecologicamente equilibrado.



No conteúdo do direito fundamental ao meio ambiente é possível identificar, além do direito à água potável, uma série de posições jurídicas, dentre outras, o direito a um ar respirável, a uma paisagem bela, o direito à preservação do ambiente natural, à conservação dos bens ambientais, à manutenção do ambiente cultural e histórico, o direito a um saudável ambiente de trabalho, a um saudável ambiente urbano, a um saudável e seguro ambiente virtual (ambiente em que se desenvolvem as contemporâneas formas de comunicação em rede). Com isso, fica evidente que a Constituição, no artigo 225, ao fazer referências à sadia qualidade de vida, demonstra que a proteção não é apenas à vida natural, biológica, mas a um conjunto de variáveis necessárias à vida saudável.

Portanto, pelo que se pode verificar, o direito ao meio ambiente está relacionado com o resguardo e com a promoção da dignidade humana e, ainda, “é um direito individual de conteúdo supra-individual” (SILVA, 2007, p.548). Vale ratificar que o direito fundamental ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado tem a característica de ser um direito fundamental que comporta a identificação no seu conteúdo do direito de acesso à água potável.

É necessário lembrar, também, Robert Alexy (2008, p. 443), ao afirmar que o direito ao meio ambiente é um exemplo de direito fundamental como um todo. Ele é um direito fundamental completo, pois corresponde tanto a direito de defesa quanto a direito a prestações. O direito ao ambiente, além de estar associado a outros direitos fundamentais, pode corresponder a diversificadas situações, dentre elas: como ‘direito de defesa’, com a abstenção do Estado no tocante a determinadas intervenções no meio ambiente; como ‘direito de proteção’, com o Estado protegendo o titular do direito contra intervenções lesivas ao meio ambiente; como ‘direito a procedimentos’, com o Estado incluindo o titular do direito nos procedimentos relevantes para o ambiente e como ‘direito a prestações’, com o Estado adotando medidas que sejam benéficas ao meio ambiente.

Como se pode notar, também em relação ao direito fundamental ao meio ambiente emergem para o Estado as obrigações de respeitar, proteger e realizar, deveres esses que são características da vinculação do Estado aos direitos fundamentais.

É preciso ressaltar que há teses que definem o direito ao ambiente natural e o consequente direito de acesso a bens ambientais vitais como sendo meios de proteção ao direito fundamental à vida, na sua ampla dimensão (PINTO, 2003). Essas ideias partem da demonstração de que a inter-relação e interdependência fundamentam a concepção de o direito à vida digna depender da proteção dos direitos ao meio ambiente. No mesmo sentido, porém, sem deixar dúvidas quanto à

fundamentalidade do direito ao meio ambiente, Ingo Sarlet (2013, p. 770-771) leciona que: “não se pode mais conceber uma existência humana digna sem a garantia de um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável”.

O direito à vida e outros direitos fundamentais como o direitos à saúde, à moradia e à alimentação, dentre tantos, estão estreitamente relacionados ao direito ao meio ambiente, principalmente, ao que José Afonso da Silva (2007, p. 59) denomina de “Direito fundamental à qualidade do meio ambiente”. Não há qualquer espécie de dúvida de que a proteção da qualidade do meio ambiente é extremamente importante, senão imprescindível, para que os demais direitos fundamentais possam ser exercidos, inclusive o próprio direito fundamental de acesso à água potável.

Essa relação estreita entre o direito ao ambiente e alguns direitos fundamentais ocorre com enorme intensidade, sendo facilmente visível, em relação ao direito fundamental à vida. A Constituição brasileira expressa o direito à vida com uma gama variada de posições jurídicas. É direito fundamental com conteúdo que abarca posições jurídicas de direito de defesa e de direito a prestações. Inclui-se, assim, tanto o direito à manutenção da vida quanto o direito à vida com dignidade. Dessa forma, é inegável a relevância que tem o direito fundamental ao ambiente saudável e ecologicamente equilibrado para a manutenção da vida ou da sua imprescindibilidade para a garantia de uma vida digna.

Outra constatação incontestável é a de que os direitos sociais estão estreitamente relacionados ao direito à vida. Nesse sentido, é com razão que Jorge Miranda e Rui Medeiros (2005, p. 264) citam Canotilho e Vital Moreira para afirmar que o direito à vida se revela: “como matriz originária dos principais direitos sociais”, implicando, assim, “o dever do Estado contribuir para a realização das prestações existenciais indispensáveis a uma vida minimamente digna” (CANOTILHO; MOREIRA, 2007, p. 451).

De acordo com André Ramos Tavares (TAVARES, 2002, p. 387), “O direito à vida é o mais básico de todos os direitos, no sentido de que surge como verdadeiro pré-requisito da exigência dos demais direitos consagrados constitucionalmente”. O direito à vida, para Jorge Miranda e Rui Medeiros (2005, p. 223), “mais do que um direito, liberdade e garantia, ele constitui o pressuposto fundante de todos os demais direitos fundamentais”. Essa posição reforça a ideia de que o direito à vida, como matriz de todos os demais direitos fundamentais do Homem, é que há de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente e de outros direitos fundamentais como o direito de acesso à água potável.

Ademais, a satisfação de algumas necessidades vitais, como a de acesso à água potável, são imprescindíveis para dar efetividade a alguns direitos fundamentais, como os direitos à saúde, à alimentação e à moradia. Assim, não basta que a população tenha acesso à água potável permitindo-lhe apenas a continuidade da vida. “É necessário mais que o mínimo: que a água seja potável e fornecida em quantidade suficiente para garantir às pessoas uma vida compatível com a dignidade humana” (VIEGAS, 2005, p. 25), possibilitando o efetivo exercício de outros tantos direitos.

Dessa forma, o reconhecimento da tutela do direito de acesso à água potável pode ser visto, também, como um verdadeiro instrumento de proteção a um valor maior: o direito à vida. A relação entre o direito à vida e o acesso à água potável é uma realidade em diferentes locais do planeta. O direito à água é reconhecido como conteúdo do direito à vida na Índia. A Suprema Corte decidiu que tanto a água quanto o saneamento fazem parte do direito constitucional à vida previsto no artigo 21. Na Índia o direito à água não é considerado expressamente um direito fundamental pela sua Constituição nacional. Os tribunais têm interpretado o artigo 21 da Constituição, sobre o direito à vida, como abrangendo o direito à água segura e suficiente. Em 1990, na Índia, o Tribunal Kerala, no caso *Attakoya Thangal versus União*, reconheceu a importância fundamental do direito à água: “O direito à água doce e o direito ao ar livre são atributos do direito à vida, pois esses são os elementos básicos que sustentam a própria vida” (THE RIGHTS TO WATER AND SANITATION).

Inegavelmente, o direito de acesso à água pode ser encontrado no conteúdo de outros direitos fundamentais expressos no texto constitucional. É possível encontrar o direito de acesso, dentre os vários direitos fundamentais, nos direitos à moradia, à alimentação e à saúde. O conteúdo do direito à moradia contempla uma enorme e variada quantidade de posições jurídicas. A começar pelos critérios que devem ser observados para que uma moradia seja considerada adequada, desde a disponibilidade de água potável, saneamento básico, acesso aos meios de transporte, localização adequada e distante das várias formas insuportáveis de poluição (sonora, atmosférica, etc.). Portanto, esse direito fundamental (à moradia) não está dissociado de outros direitos também fundamentais como os direitos à vida digna, direito à locomoção, às várias liberdades, ao meio ambiente equilibrado e a outros direitos sociais.

O direito à moradia relacionado às condições materiais mínimas para uma existência digna é o que fundamenta a caracterização desse direito como fundamental. Inegavelmente, o homem necessita de um lugar adequado para se proteger contra as intempéries, um espaço para a sua intimidade e privacidade, enfim, para viver de forma saudável num ambiente equilibrado. Sem isso, provavelmente o homem não terá assegurada a sua dignidade.

O direito à alimentação, da mesma forma como o direito à moradia, foi incluído no rol dos direitos fundamentais sociais da Constituição Brasileira por meio de emenda constitucional. A Emenda nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, alterou o Art. 6º (BRASIL. Constituição brasileira de 1988), constitucionalizando formalmente o direito fundamental à alimentação. Tanto o direito à moradia como o direito à alimentação tem a sua fundamentalidade material alicerçado no princípio da dignidade da pessoa humana. Nesse mesmo sentido, é o entendimento de José Carlos Vieira de Andrade ao afirmar ser o princípio da dignidade da pessoa humana: “o primeiro princípio fundamental da Constituição – como o princípio de valor que está na base do estatuto jurídico dos indivíduos e confere unidade de sentido ao conjunto dos preceitos relativos aos direitos fundamentais” (ANDRADE, 2004, p. 101).

O direito fundamental à alimentação encontra-se implícita e explicitamente assegurado na Constituição Federal de 1988 em diversos dispositivos. Além do artigo 6º, de forma explícita, e, do artigo 1º, inciso III, quanto à dignidade da pessoa humana, pode ser referido, ainda, o artigo 3º, inciso III, no que diz respeito ao compromisso do Estado em adotar providências efetivas voltadas para o combate à pobreza e à marginalização. Outro dispositivo que deve ser referido é o artigo 7º, inciso IV, estabelecendo que o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades gerais do indivíduo assim como as de sua família, não só aquelas relacionadas à manutenção da vida, mas as que possibilitem uma vida digna.

Outros dispositivos constitucionais estão relacionados com o direito fundamental à alimentação, como o artigo 208, inciso VII, que define ser dever do Estado assegurar a implementação de programas governamentais de distribuição de merenda escolar, dentre outros compromissos com a educação. O artigo 227 elenca ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar às crianças e aos adolescentes direitos fundamentais, visando a garantir a própria vida e o bem estar, sendo que uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade são requisitos imprescindíveis para uma vida possível e digna. Por fim, os artigos 229 e 230 evidenciam o dever de assistência e amparo para evitar o perecimento da própria existência humana, sendo que o exercício do direito à alimentação é a garantia de não comprometimento da vida, por isso é direito fundamental e fundamento de outros direitos.

A interconexão entre os alimentos e a água é considerada evidente por Aniza García (2008). A água é um componente essencial do direito à alimentação, compreendido o direito de acesso a uma alimentação quantitativa e qualitativa adequada e suficiente. A disponibilidade de água potável para o consumo humano é condição imprescindível para caracterizar uma alimentação adequada, por outro lado, resulta indispensável para a produção de alimentos a utilização de água,

principalmente, por meio dos processos produtivos que se utilizam da irrigação. Ademais, foi referido no capítulo 1 que a agricultura é o setor que mais utiliza água, portanto, é impensável produzir alimentos sem a utilização de água.

Em suma, o direito à alimentação está estreitamente vinculado ao direito de acesso à água, não só por ser a água um alimento essencial para os seres humanos, mas também, por ser de grande importância para a produção de alimentos. O direito à alimentação comporta a inclusão da água potável como imprescindível, junto com os alimentos sólidos, para a sua efetividade.

Indubitavelmente, o direito de acesso à água potável mantém uma relação estreita com o direito à saúde. Eis que o saneamento básico, com o abastecimento de água de boa qualidade, além de evitar a proliferação de inúmeras doenças que causam aumento da mortalidade infantil, principalmente entre as camadas sociais menos favorecidas, “é fator imprescindível para manter o bem-estar e a higiene humana” (IRIGARAY, 2003, p. 384).

O art. 196 da Constituição Federal estipula que a saúde é direito de todos e dever do Estado e que esse direito vai além da instituição de políticas públicas relacionadas às doenças. Nesse sentido a Lei 8.080/90 (BRASIL. *Lei 8.080*, 1990), que regulamenta as políticas para a área da saúde, dispõe sobre as condições, organização e funcionamento dos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, menciona alguns fatores determinantes como: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e acesso a bens e serviços essenciais. Não há dúvidas de que a prevenção e remoção de doenças só são eficazes se houver a sua interação com políticas desenvolvidas em outras áreas, como saneamento básico, meio ambiente, geração de trabalho e renda, etc.

Assim, a dimensão subjetiva dos direitos sociais faz com que o cidadão tenha um direito a uma imediata prestação efetiva. O direito subjetivo à prestação na área da saúde, ou seja, a subjetivação da saúde, reside na prestação sanitária em espécie, a qual pode ser reclamada pelo titular desse direito face à ausência de ação do Estado. É possível elencar, a título exemplificativo, como prestação sanitária em espécie: a proteção do meio ambiente natural; o saneamento básico; a higiene das moradias e local de trabalho, das escolas e logradouros públicos; a vigilância sanitária; a fiscalização de produtos alimentícios, bebidas e medicamentos; a prevenção de doenças e a imunização contra elas; a cura e a recuperação de doentes; tratamento médico; a profilaxia e o tratamento dentário e o fornecimento de alimentos e de produtos farmacêuticos essenciais (SCHWARTZ, 2001, p. 74).

Alguns países relacionam o direito à saúde ao direito de acesso à água potável. Na Constituição do Equador de 2008, o Art. 32 contém a previsão de que o direito à saúde é garantido pelo Estado, cuja realização se vincula ao exercício de outros direitos, dentre eles o direito à água (EQUADOR, Constituição do Equador de 2008). A Constituição da República das Filipinas, de 1987, no artigo XIII, seção XI, dispõe que o Estado deve adotar uma abordagem integrada e abrangente para o desenvolvimento da saúde que deverá permitir disponibilidade, a um preço acessível e para todas as pessoas, de bens essenciais, de saúde e de outros serviços sociais (FILIPINAS. Constituição da República das Filipinas de 1987). Portanto, verifica-se o reconhecimento por alguns ordenamentos jurídicos de que o direito de acesso à água integra o conteúdo do direito à saúde.

Por todo o exposto no presente tópico, verifica-se que o direito de acesso à água potável pode ser reconhecido como um direito fundamental derivado do conteúdo de outros direitos fundamentais, notadamente, do direito fundamental ao meio ambiente, do direito à vida, do direito à moradia, do direito à alimentação e do direito à saúde. Em síntese, a norma que outorga o direito de acesso à água potável pode ser deduzida de outras normas de direito fundamental. Com efeito, trata-se de um direito fundamental implícito, identificável a partir do conteúdo de outros direitos fundamentais já expressos e que tem a sua fundamentalidade justificada pela exigência do próprio sistema de direitos fundamentais.

### 3 DIREITO DE ACESSO À ÁGUA E O MÍNIMO EXISTENCIAL AMBIENTAL

A autonomia do direito de acesso à água potável, direito fundamental implícito, que decorre do conteúdo de outras normas de direito fundamental é plenamente justificada pelo conjunto de regras e princípios do ordenamento jurídico brasileiro. É também justificada por ser uma exigência do próprio sistema de direitos fundamentais que reconhece a relevância do princípio da dignidade humana e a importância do mínimo existencial ambiental.

Além da relação do direito de acesso à água com o princípio da dignidade humana há, também, uma estreita vinculação desse direito com o princípio (que é direito e ao mesmo tempo garantia) do mínimo existencial. Para Ricardo Lobo Torres, o mínimo existencial “compreende os direitos fundamentais originários (direitos da liberdade) e os direitos fundamentais sociais, todos em sua expressão essencial, mínima e irredutível” (TORRES, 2009, p. 37).

O direito de acesso à água também está abarcado no direito à vida na sua dimensão positiva, de obrigação a prestações do poder público. Para Jorge Miranda e Rui Medeiros (2005, p. 261), o direito à vida possui uma fortíssima dimensão positiva, nas palavras dos autores: “o direito à vida exige de uma forma muito clara um amplo conjunto de prestações por parte do poder público: prestações (estritamente) jurídicas e prestações fácticas (juridicamente alicerçadas).” Nesse sentido, cabe ao Estado garantir, no tocante à água potável, um mínimo existencial, para que todos, indistintamente, tenham assegurada a quantidade de água suficiente para a manutenção da vida com dignidade.

Assim, é importante frisar que nesse contexto “o direito ao mínimo existencial não é reducionista, no sentido de que só lhe caberia garantir um mínimo dos mínimos” (TORRES, 2009, nota prévia). No mesmo sentido, afirma Ingo Sarlet que: “o mínimo existencial abrange não apenas a garantia da sobrevivência física (o que significaria a redução do mínimo existencial a um mínimo vital) quanto abarca o que se convencionou designar de um mínimo existencial sociocultural” (2010, p. 320).

O núcleo do que são direitos mínimos deve ser observado de acordo com o contexto social da época, que a partir da evolução das demandas sociais não é estranho que sejam reclamados também novos direitos, ou, velhos direitos ainda não efetivados apesar de muitas vezes assegurados constitucionalmente. Nesse sentido:

a teoria do mínimo existencial tem a pretensão de oferecer a *rationale* que conduz à distribuição igual dos bens sociais, mediante a adoção de políticas públicas focalizadas e de escolhas orçamentárias racionais em um ambiente de escassez de recursos financeiros (TORRES, 2009, nota prévia).

Para Ana Paula Barcelos (2008, p. 278), “o chamado *mínimo existencial*, formado pelas condições materiais básicas para a existência, corresponde a uma fração nuclear da dignidade da pessoa humana à qual se deve reconhecer a eficácia jurídica positiva ou simétrica”. Contextualizando a realidade brasileira a partir da Constituição de 1988, verifica-se que a “dignidade da pessoa humana tornou-se o princípio fundante da ordem jurídica e a finalidade principal do Estado, com todas as consequências hermenêuticas que esse *status* jurídico confere ao princípio” (BARCELLOS, 2008, p. 279).

Nesse mesmo sentido, Ingo Sarlet ensina que:

no âmbito do direito brasileiro, assim como se verifica no caso lusitano, verifica-se, em termos gerais, uma adesão – ressalvadas peculiaridades importantes – à tradição alemã de fundar o direito ao mínimo existencial tanto no direito à vida, quanto, em especial, na dignidade da pessoa humana” (SARLET, 2010, p. 319).

Ricardo Lobo Torres (2009, nota prévia) assevera que “após a reserva do mínimo existencial, que garante a igualdade de chances, é que se iniciam a ação da cidadania reivindicatória e o exercício da democracia deliberativa, aptos a assegurar os direitos sociais (...)”. Nessa mesma linha de pensamento há quem sustente que os direitos sociais são, no âmbito do mínimo existencial, condições fundamentais para a democracia (SOUZA NETO, 2006, p.225).

Ingo Sarlet (2010, p. 322) considera a dignidade humana como fundamento da garantia de uma existência digna de todos os indivíduos, utilizando a expressão “direito à garantia a uma existência digna” como significado de “mínimo existencial”, assim, caracterizando-o como um “direito-garantia”.

Ricardo Lobo Torres (2009, p. 37-38) enfatiza que o mínimo existencial é direito de dupla face que aparece como direito subjetivo e também como norma objetiva. Como direito subjetivo faculta ao seu titular acionar as garantias processuais e institucionais na defesa dos direitos mínimos. Já a face objetiva aparece como norma da declaração de direitos fundamentais que deve atender da forma mais ampla as pretensões da cidadania.

O princípio da dignidade da pessoa humana comporta no seu conteúdo várias dimensões, algumas largamente reconhecidas, como a dimensão social e a dimensão cultural, outras que passam a ser citadas sem qualquer contestação, pelo contrário, com manifestação de concordância, como a dimensão ecológica (FENTERSEIFER, 2009, p. 283-302).

Nessa lógica é que surge a ideia de ‘mínimo existencial ecológico’ ou, melhor, de ‘mínimo existencial ambiental’. É possível falar em um mínimo existencial ambiental a partir da identificação de pontos de contato entre os direitos fundamentais sociais e o direito fundamental ao ambiente. Para tanto é necessário acrescentar ao conteúdo do mínimo existencial o direito fundamental à qualidade ambiental, ou seja, somar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado àqueles direitos fundamentais já reconhecidos como o direito à saúde, à moradia, à alimentação, à educação, à renda mínima, acesso à justiça e assistência social, dentre outros. Para Tiago Fenterseifer:

O mínimo existencial ecológico visa a uma existência humana digna e saudável ajustada aos novos valores e direitos constitucionais de matriz ecológica.



Trata-se, nesse sentido, de construir a ideia de um bem-estar existencial que tome em conta também a qualidade ambiental” (FENTERSEIFER, 2009, p. 284).

Portanto, essa conexão, dos direitos sociais com o direito ao meio ambiente equilibrado, fornece a resposta referente ao objeto que deve ser tutelado para que se reconheça o direito-garantia do mínimo existencial social e ecológico. Especialmente, “pelo fato de tal direito abarcar o desenvolvimento de todo o potencial da vida humana até a sua própria sobrevivência como espécie, no sentido de uma proteção do homem contra a sua própria ação predatória” (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2012, p. 106).

O reconhecimento do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental reforça a compreensão de que o conteúdo do mínimo existencial comporta a aceitação da presença de um direito ao mínimo existencial ambiental. Como se observa, a posição jurídica subjetiva decorrente da necessidade ou dever de proteção ao meio ambiente (direito fundamental ambiental) surgiu como consequência da evolução histórica dos direitos humanos, que sempre apresentou uma tendência de ampliar, cada vez mais, a tutela dos direitos do homem. Dessa forma, o conteúdo do mínimo existencial, acompanhando essa evolução histórica, passa a compreender, além da dimensão social e cultural, também uma dimensão ambiental, ou seja, o reconhecimento de um mínimo de qualidade ambiental, consequentemente, de um direito ao mínimo existencial ambiental.

O mínimo existencial ecológico ou ‘mínimo existencial ambiental’, expressão mais adequada, configura-se, também, no dever do Estado em garantir prestações materiais mínimas relacionadas ao direito de acesso à água potável. Portanto, compreende a garantia de um ambiente com qualidade, saudável e ecologicamente equilibrado e a garantia de acesso aos bens ambientais imprescindíveis para uma vida digna, bem como, o acesso aos serviços públicos de abastecimento de água.

O mínimo existencial ambiental está estreitamente relacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana, positivado na Constituição Brasileira no art. 1º, inciso III. A dimensão ou perspectiva positiva desse princípio constitucional contempla no seu conteúdo a satisfação das necessidades existenciais básicas para uma vida com dignidade.

Várias são as implicações da inclusão do princípio da dignidade da pessoa humana como um dos pilares da Constituição Federal brasileira. Uma dessas implicações é a necessidade de discriminar o que deve ser considerado como imprescindível para viver com dignidade. Porém, é

necessário fazê-lo levando em consideração o panorama atual de nossa sociedade. Ou seja, a definição do que se constitui em mínimo existencial deve ser balizada dentro das demandas sociais contemporâneas, considerando que a constante evolução tecnológica e social requer uma permanente atualização das demandas sociais para uma vida digna.

O princípio da dignidade da pessoa humana foi o fundamento principal da transformação do Estado de Direito para o Estado Social de Direito. Essa evolução do Estado também é permanente, sendo que hoje o Estado constitucional contemporâneo projeta uma medida de proteção ambiental mínima, tendo como fundamento, também, a dignidade humana (HÄBERLE, 2005, p. 130).

Nesse aspecto, é necessário reconhecer que passa a ser dever do Estado garantir as prestações materiais mínimas daquilo que se compreende como mínimo existencial social, cultural e ambiental. Essas prestações são necessárias ao bem-estar e à dignidade das pessoas, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, mesmo que as dificuldades sejam transitórias, como nas situações de impossibilidade de efetuar o pagamento das tarifas dos serviços de abastecimento de água potável.

Não resta dúvida de que, enquanto direito fundamental, o direito à água é um direito de eficácia plena e aplicabilidade imediata, portanto aplica-se o disposto no artigo 5º, § 1º da Constituição Brasileira: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata” (BRASIL. Constituição Brasileira de 1988). “A água é a fonte da vida, e ter acesso à água potável e em quantidade suficiente não é uma questão de escolha, mas uma necessidade” (IRIGARAY, 2003, p. 384). A satisfação das necessidades vitais não pode, de maneira alguma, ser o conteúdo de direitos fundamentais que fiquem situados numa dimensão meramente programática.

Nesse sentido, dizem respeito ao mínimo existencial, além daqueles direitos fundamentais já expressos no texto constitucional, “o direito ao fornecimento de serviços existenciais básicos, como água, saneamento básico, transporte, energia elétrica (ainda que possam ser reportados a outros direitos fundamentais)” (SARLET, 2010, p. 322). Portanto, integram o conteúdo do mínimo existencial direitos fundamentais expressos e implícitos. O próprio direito a um mínimo existencial, na condição de direito fundamental, é um direito implícito decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana.

A configuração do direito fundamental a um mínimo existencial ambiental comporta uma série de condições materiais imprescindíveis para uma existência digna. Destaca-se a qualidade ambiental diante do quadro, infelizmente real, de degradação da natureza, de péssimas condições de moradia, de centros urbanos localizados em área de risco, rios e córregos totalmente poluídos,

etc.; “tais condições materiais elementares constituem-se de premissas ao próprio exercício dos demais direitos (fundamentais ou não), resultando, em razão da sua essencialidade ao quadro existencial humano, em um direito a ter e exercer os demais direitos” (FENSTERSEIFER, 2009, p. 286). Sem a garantia do mínimo existencial ambiental, com a definição de um padrão mínimo de qualidade ambiental, os demais direitos fundamentais dificilmente serão exercidos na sua plenitude e, além disso, não é possível pensar em uma existência compatível com a promoção e o respeito à dignidade humana.

Assim, a fundamentação do mínimo existencial ambiental ou ecológico, para Thiago Fensterseifer, é alcançada com a ampliação do conceito de mínimo existencial “a fim de abarcar a ideia de uma vida com qualidade ambiental (e, por óbvio, com dignidade), em que pese a sobrevivência humana (e, portanto, o mínimo vital) também se encontrar muitas vezes ameaçada pela degradação ambiental” (FENSTERSEIFER, 2009, p. 287).

Inegavelmente, o mínimo existencial deve ser compreendido de forma ampliada com o objetivo de incluir a qualidade ambiental dentre os fatores considerados imprescindíveis para a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana. Não há dúvidas de que o acesso à água potável é um desses fatores, que, por sua vez, também está estreitamente vinculado ao mínimo existencial ambiental.

O mínimo existencial na condição de direito-garantia vinculado ao direito de acesso à água potável não pode ser reduzido a um objeto previamente fixado, muito menos a uma quantidade genericamente determinada de água, no sentido de uma quantidade pré-estabelecida como ideal. Isso porque a definição do que integra o mínimo existencial depende de fatores relacionados às condições pessoais do titular do direito, além daqueles de ordem social, cultural e econômica.

Portando, o direito de acesso à água potável pode ser reconhecido, por meio da cláusula de abertura constitucional, como um direito fundamental implícito que decorre do conteúdo de outros direitos fundamentais já expressos no texto constitucional. Esse direito fundamental implícito é plenamente justificado como um direito fundamental autônomo pelo próprio sistema de direitos fundamentais que reconhece a relevância do princípio da dignidade da pessoa humana e a importância do mínimo existencial. Assim, o direito fundamental de acesso à água potável está estreitamente vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana e pode ser encontrado no conteúdo do mínimo existencial ambiental. Quando abarcado pelo mínimo existencial ambiental pode ser compreendido como um direito subjetivo passível de ser exigível por se tratar de direito fundamental imprescindível para a garantia do respeito à dignidade da pessoa humana.

## CONCLUSÃO

É a cláusula de abertura constitucional, prevista no artigo 5º, §2º, da Constituição Brasileira, que reconhece um direito como materialmente fundamental. Essa cláusula deixa claro que a enumeração dos direitos fundamentais é aberta, meramente exemplificativa, podendo ser complementada a qualquer momento por outros direitos, por meio de outras fontes. Assim, são direitos fundamentais determinadas situações jurídicas não previstas na Constituição, ou seja, são considerados direitos fundamentais outros direitos além daqueles nela expressamente previstos. Portanto, pela cláusula aberta, podem ser também considerados direitos fundamentais aqueles que decorrem do conteúdo de outros direitos fundamentais expressos no texto constitucional, do regime democrático, dos outros princípios adotados pela Constituição Brasileira e dos tratados de direitos humanos.

A análise da caracterização do direito de acesso à água como direito fundamental foi delimitada, nesse artigo, ao reconhecimento da fundamentalidade do direito de acesso à água por decorrência do conteúdo de outros direitos fundamentais e do mínimo existencial ambiental, sem abordar as demais possibilidades.

Assim, o direito de acesso à água potável pode ser reconhecido como um direito fundamental implícito a partir da cláusula de abertura constitucional, que reconhece a existência de outros direitos fundamentais além daqueles enumerados no texto constitucional. Essa fundamentalidade é plenamente justificada quando se demonstra que ela é uma exigência do próprio sistema de direitos fundamentais e do respeito à dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, o direito de acesso à água potável pode ser deduzido da norma que garante o direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, expresso no *caput* do artigo 225; da norma que garante o direito à vida, expresso no artigo 5º da Constituição Brasileira; das normas de direitos sociais à moradia, à alimentação e à saúde, expressos no artigo 6º da Constituição Brasileira ou, ainda, do direito/garantia do mínimo existencial identificável na Constituição brasileira a partir de outros direitos fundamentais e princípios constitucionais.

A identificação do direito de acesso à água potável no conteúdo do direito ao ambiente pode ser analisada tanto na dimensão subjetiva como na dimensão positiva. O direito subjetivo a um

ambiente ecologicamente equilibrado, para ser exercido na sua plenitude, pressupõe determinadas garantias que possibilitem o acesso aos bens de uso comum do povo, incluindo-se a água potável. Já na dimensão objetiva é possível identificar a tarefa ou a obrigação do Estado de garantir o acesso à água potável como decorrência do dever de manter o ambiente saudável e ecologicamente equilibrado.

O reconhecimento do direito de acesso à água como fundamental por decorrência do conteúdo de outros direitos, principalmente, do conteúdo do direito ao meio ambiente, reforça a compreensão de que o conteúdo do mínimo existencial comporta a aceitação da presença de um direito ao mínimo existencial ambiental (ou ecológico) que garanta água com qualidade e em quantidade adequada para manutenção da vida. Sem a garantia do mínimo existencial ambiental, com a definição de um padrão mínimo de qualidade ambiental, os demais direitos fundamentais dificilmente serão exercidos na sua plenitude e, além disso, não é possível pensar em uma existência compatível com a promoção e o respeito à dignidade humana.

O reconhecimento do direito de acesso à água como um direito fundamental que decorre do conteúdo dos direitos fundamentais ao ambiente, à moradia, à alimentação e à saúde, está estreitamente relacionado ao direito à vida. Certo é que não existe vida sem água. Na dimensão de direito fundamental a prestações a água potável deve ser fornecida em quantidade suficiente e qualidade adequada para garantir a todos os brasileiros o direito a uma vida digna. Além do direito à vida digna, outros direitos humanos constitucionalizados, portanto, direitos fundamentais, estão associados ao direito ao ambiente e ao direito implícito de acesso à água potável.

Assim, para responder a problemática, inicialmente proposta, sobre a possibilidade de reconhecer como fundamental o direito de acesso à água, por decorrer do conteúdo de outros direitos e do conteúdo do mínimo existencial ambiental, a conclusão é de que o direito de acesso à água potável pode ser reconhecido como um direito fundamental implícito que decorre do conteúdo de outros direitos fundamentais expressos, como o direito ao meio ambiente, o direito à vida, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à saúde. Por fim, conclui-se que o conteúdo do mínimo existencial ambiental comporta a garantia do direito fundamental implícito de acesso à água potável.

Portanto, o direito de acesso à água potável, identificado no conteúdo do mínimo existencial ambiental, tem a sua fundamentalidade relacionada à adequada quantidade e à qualidade da água, considerando a quantidade mínima necessária e a boa qualidade como

elementos essenciais para que o homem tenha a sua dignidade respeitada e consiga viver num ambiente saudável, social e ecologicamente equilibrado.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. Coimbra: Livraria Almedina, 3ª Ed., 2004.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais – princípio da dignidade da pessoa humana**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros editores, 2004.

BRASIL. Constituição brasileira de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 04 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)>. Acesso em 28 jul 2018.

CANOTILHO, Gomes; Moreira, Vital. **Constituição da República Portuguesa – anotada**. Vol 1, art. 1º a 107º. 4. ed. Rev. Coimbra: Coimbra editora, 2007.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 7ª Ed. Salvador: Ed. Podivm, 2013.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EQUADOR, Constituição do Equador de 2008. Disponível em <<http://www.asambleanacional.gov.ec>>. Acesso em 04 ago. 2018.

FENSTERSEIFER, Tiago. Mínimo existencial ecológico (ou socioambiental): o direito fundamental às prestações materiais mínimas em termos de qualidade ambiental para o desfrute de uma vida

humana digna e saudável das presentes e futuras gerações. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

FILIPINAS. Constituição da República das Filipinas de 1987. Disponível em <<http://www.president.gov.ph>>, acesso em 03 Ago. 2018.

GARCÍA, Aniza. **El derecho humano al agua**. Madrid: Editorial Trotta, 2008.

HÄBERLE, Peter. A dignidade humana como fundamento da comunidade estatal. In SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Dimensões da dignidade: ensaios de Filosofia do Direito e Direito Constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueney. Água: um direito fundamental ou uma mercadoria? In: Congresso Internacional de Direito Ambiental, 2003, São Paulo. **Direito Água e Vida**. São Paulo: Imprensa Oficial, v. 1, p. 308-400, 2003.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo IV. 3ª ed. Coimbra: Coimbra editora, 2000.

MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui. **Constituição Portuguesa Anotada**. Tomo I. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

PES, João Hélio Ferreira. **A constitucionalização de direitos humanos elencados em tratados**. Ijuí: Editora Unijuí, 2010.

PINTO, Fabrício José da Fonseca. Os direitos sociais como direitos fundamentais : unidade, indivisibilidade, inter-relação e interdependência dos direitos fundamntais. Relatório de mestrado para a cadeira de Direito Constitucional apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. - Orientador:Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa. Lisboa : [s.n.], 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 9.ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os Direitos Fundamentais (Sociais) e a Assim Chamada Proibição de Retrocesso: Contributo para uma Discussão. In **Revista do Instituto do Direito Brasileiro - RIDB**, Ano 2 (2013), nº 1, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2013, p. 769-820. Disponível em <<http://www.idb-fdul.com>>. Acesso em 18 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 10ª edição, revista, atualizada e ampliada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang ; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012.

SCHWARTZ, Germano André Doederlein. **Direito à saúde: efetivação em uma perspectiva sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 6ª edição. São Paulo: Malheiros, 2007.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito constitucional positivo**. 23ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 2004, p.308.

SILVA, Reinaldo Pereira e. A teoria dos direitos fundamentais e o ambiente natural como prerrogativa humana individual. *Anuário de derecho constitucional latinoamericano*- 2007. México, 2007, p.545-569.

SILVA, Vasco Pereira da. **Verde cor de direito: lições de direito do ambiente**. Coimbra: Almedina, 2002.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Teoria Constitucional e Democracia Deliberativa**. Um estudo sobre o papel do Direito na garantia das condições para a cooperação na deliberação democrática. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TAVARES, Andre Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2002.

THE RIGHTS TO WATER AND SANITATION. The rights to water and sanitation in national law. Disponível em <<http://www.righttowater.info/progress-so-far/national-legislation-on-the-right-to-water/>>. Acesso em 15 fev. 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

VIEGAS, Eduardo Coral. **Visão jurídica da água**. Porto Alegre: Ed. livraria do Advogado, 2005.

Trabalho enviado em 05 de março de 2019

Aceito em 02 de fevereiro de 2020